

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### PROJETO DE LEI Nº 6.135, DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

**Autora:** Deputada SORAYA SANTOS

**Relatora:** Deputada DELEGADA IONE

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3135, de 2019, da Deputada Soraya Santos (PL-RJ), altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, para permitir o aproveitamento do policial militar e do bombeiro militar inativado por deficiência física em atividade-meio das respectivas corporações. Estabelece, ainda, que, no aproveitamento do profissional militar, deve-se buscar a recuperação física e psicológica dos profissionais inativos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 28/05/2021, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Marcelo Aro (PP-MG), pela aprovação e, em 10/08/2021, aprovado o parecer.



Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em 13/09/2021, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Sanderson (PSL-RS), pela aprovação e, em 13/10/2021, aprovado o parecer.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei sob exame apresenta uma proposta relevante e necessária de reaproveitamento de policiais e bombeiros militares inativados por incapacidade física. Trata-se de uma medida que enaltece o princípio da dignidade da pessoa humana, promove a inclusão e contribui diretamente para o fortalecimento da segurança pública.

Vivemos um momento em que as forças de segurança carecem de efetivo. A crescente demanda operacional, aliada à complexidade do enfrentamento ao crime organizado, impõe uma sobrecarga a um sistema já pressionado. Nesse contexto, o aproveitamento de militares que tenham sofrido limitação na sua capacidade física para o exercício de outras atividades permite que esses profissionais continuem contribuindo, ainda que internamente, com suas corporações, liberando militares da ativa para o serviço nas ruas — onde sua presença é cada vez mais essencial.

Mais do que uma estratégia de gestão de pessoal, este projeto expressa um olhar mais humano e moderno sobre os militares com deficiência. Ao possibilitar seu retorno em funções compatíveis com suas capacidades, promove-se uma mudança de cultura institucional: o militar deixa de ser visto apenas pela limitação adquirida e passa a ser reconhecido por sua experiência, dedicação e potencial de contribuição.



Essa lógica está em consonância com o que já se aplica aos servidores civis, conforme previsto há muito, por exemplo, na Lei nº 8.112/1990, que trata da readaptação funcional para servidores com limitações físicas ou mentais.

O instituto da readaptação de servidores públicos foi expressamente contemplado na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que incluiu o § 13 no art. 37, que dispõe:

“Art. 37. ....

.....

§ 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.”

É importante ressaltar que, antes mesmo da promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, o Supremo Tribunal Federal passou a se manifestar pela constitucionalidade do instituto da readaptação, especialmente em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana<sup>1</sup>.

É justo e necessário que as forças militares também assegurem dignidade aos seus membros. A medida também tem impactos

<sup>1</sup> Nesse sentido: “Aduziu o agravante que a readaptação é modalidade de provimento derivado não mais admitida no ordenamento jurídico brasileiro; entretanto, **a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o instituto da readaptação é forma de provimento que visa garantir a dignidade da pessoa humana, portanto, de plena aceitação.** Sobre o tema, anote-se:

“O instituto da readaptação tem como objetivo a reabilitação funcional digna e eficaz do servidor público. No plano individual tem como objetivo o respeito à dignidade da pessoa humana com o desenvolvimento de atividades produtivas de acordo com as limitações sofridas” (RE nº 585.109, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 25/6/09).” (AI 820.381, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 16/9/13).



positivos sobre sua saúde emocional e mental. Continuar a servir — ainda que em outra condição — reforça vínculos institucionais, fortalece a autoestima e evita o isolamento social. Para a corporação, é um ganho técnico e simbólico. Para o Estado, é uma medida economicamente responsável. E para o militar, é uma oportunidade de continuidade e valorização.

Ao analisar a matéria, identificamos a necessidade de ajustes na proposição, especialmente em virtude da recente edição da Lei nº 14.751, de 2023. Esta nova lei instituiu a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, estabelecendo normas gerais de organização, efetivos, garantias e deveres em âmbito nacional, além de revogar inúmeros dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 1969.

Nesse sentido, estamos oferecendo um Substitutivo que promove ajustes técnicos e dispõe sobre a readaptação do policial militar e do bombeiro militar mediante alteração da recém-editada Lei nº 14.751, de 2023.

Dessa forma, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 6.135/2019, na forma do **Substitutivo** anexo, por entender que ele promove inclusão, eficiência, dignidade e reforça o compromisso das instituições militares com seus integrantes e com a sociedade.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada DELEGADA IONE  
Relatora



## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.135 DE 2019

Altera a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre a readaptação de policial militar e de bombeiro militar que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a readaptação de policial militar e de bombeiro militar que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental.

Art. 2º A Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 23-A. O policial militar e o bombeiro militar que sofrer limitação em sua capacidade física ou mental, atestada por junta de saúde da corporação, poderá ser readaptado para o exercício de funções e encargos cujas atribuições sejam compatíveis com a sua limitação, mantidos o posto ou a graduação e a remuneração que lhe são inerentes, enquanto permanecer em tal condição.

Parágrafo único. A readaptação de que trata o caput dependerá da existência de funções compatíveis na estrutura da corporação e do preenchimento dos requisitos de habilitação e nível de escolaridade, quando exigidos para o desempenho da nova função e encargo.”



Art. 3º É facultado ao policial militar e ao bombeiro militar reformado por incapacidade definitiva para o serviço militar requerer a reversão à atividade para fins de readaptação, nos termos do art. 23-A da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, no prazo de 5 (cinco) anos contados da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada DELEGADA IONE  
Relatora

